

GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

FRANCISCO CHAGAS E. RABELO*

A discussão sobre as mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea não é nova e, de certa forma, vai perdendo a contemporaneidade, ainda que, ao se ressaltar um ou outro aspecto, um determinado autor ou obra acabe despertando-nos para o estado atual das reflexões, tirando-nos um pouco do tédio que a terminologia e o caráter de presságio nos provocam.

Nesse caso, a abordagem da dimensão imaterial do nosso sistema econômico (não seria o caso de inventar-se mais um termo: pós-econômico, já que não haveria escassez?) é mesmo assim instigante. Fala-se de um capitalismo pós-moderno, no qual as grandes massas de capital fixo material seriam substituídas pelo capital imaterial, chamado também de capital humano, capital conhecimento ou capital inteligência.

Tem-se ainda capital, as categorias de análise foram mantidas, mas a sua composição orgânica alterou-se. O trabalho já não é a medida da riqueza criada, abrindo-se campo para o questionamento da teoria do valor trabalho tão cara à economia política clássica. O conceito de força produtiva permaneceu, perdendo, contudo, o caráter objetivo, cuja ação permitiria, ao estudioso, apreender o seu curso com a objetividade das forças da natureza, pois relaciona-se com a produção da subjetividade (p. 36).

Faz-se a substituição do trabalho pelo conhecimento e, com base nisso, constrói-se toda

uma operação conceptual para manter-se a lógica do capital de obtenção do lucro por meio da troca de mercadoria. Em vista disso, impõe-se, primeiro, a questão de que tipo de conhecimento está em pauta e, segundo, como se transforma em mercadoria, já que a concepção de valor tradicional não seria capaz de explicar o processo de transformação do conhecimento em valor.

Não se trata do conhecimento em geral e nem mesmo do conhecimento científico, mas de conhecimento-produto, seja ele farmacêutico, seja dos softwares da indústria da informática e, ainda mais recentemente, da biotecnologia. Enfim, é o conhecimento deliberadamente produzido para gerar lucro, mas cujo valor não é dado pelo seu custo de produção, mas de suas restrições estabelecidas institucionalmente, tais como certificados, direitos autorais, licenças, contratos ou, de forma monopolista, pela proibição de cópia e segredo empresarial.

Daí, cria-se uma escassez artificial geradora de uma economia imaterial. É o vetor imaterial que o transforma em mercadoria e não o tempo de trabalho nele incorporado. Assim, exemplificando com um produto farmacêutico, sugere ele que, na medida em que comprimidos podem ser reproduzidos a custos mínimos, o seu valor de troca se desloca para o conteúdo imaterial ou cognitivo e, em outras esferas, para o caráter simbólico ou artístico.

Há uma dificuldade, portanto, de saber o que, de fato, gera o valor, se as restrições institucionais ou o componente imaterial. Também no capitalismo, que tem por base o industrialismo, a ambigüidade é evidente, mas ela se

* Professor titular de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

resolve na medida em que o que gera valor é o trabalho, mas somente na sua configuração privada e naquela que não é mais de que uma de suas manifestações: a divisão do trabalho, em que o produto do trabalho torna-se mercadoria. Salve-se pela analogia. Tanto é assim que Gorz não deixa de dar-lhe uma nova dimensão, entendendo-a sob a ótica de uma divisão entre empresas e capital, mas ainda assim permeada pela distinção entre trabalho manual e intelectual, em que as empresas ligadas ao capital tradicional passam a ter um papel cada vez mais periférico. Por essa razão, acaba por afirmar que:

[...] tratando-se de mercadorias que têm forte conteúdo imaterial, em vez de dizer que 'seu valor tem seu conhecimento como fonte', será mais justo dizer que ele tem sua fonte no monopólio do conhecimento, na exclusividade das qualidades que esse conhecimento confere às mercadorias que o incorporam, e na capacidade da firma para conservar esse monopólio. (p. 45)

Todavia, em outro momento, ao delinear as confusões que os estudiosos das novas formas de capital fazem entre valor, entendido como valor de troca, e valor, que tem sua fonte no conhecimento, acaba aceitando a tese de Enzo Rullani de que o conhecimento produz valor, porque produz sentido e, nessa medida, distancia-se da economia política.

Se o capitalismo clássico, que se assentava no tripé produção, distribuição e consumo, punha sua ênfase na produção, o capitalismo cognitivo coloca-a no consumo, ou seja, é um meio para produzir consumidores, configurando uma socialização anti-social, no dizer de Gorz, pois o que o mercado tem em vista é o consumidor individual e não o membro da sociedade ou o cidadão. A ordem não é mais produzir para consumir, mas produzir-se por meio do consumo. Enfim, mais que o bem-estar que o consumo de bens desencadeia, é a imagem que se tem em vista.

Uma outra distinção fundamental entre o capitalismo clássico e o capitalismo cognitivo estaria no fato de sua realização depender, fundamentalmente, das externalidades positivas¹ e não propriamente de sua capacidade de fabricar bens, de transformar matéria-prima.

Essa qualidade torna-o a última etapa do desenvolvimento do capitalismo, na medida em que faz dos bens imateriais produzidos pela coletividade a última fronteira a ser, por ele, incorporada. Assim, os bens culturais ou coletivos abundantes são transformados em mercadorias e apropriados de maneira capitalista, no sentido de produzir um sobrevalor. O capital pode subsumi-los à sua lógica pela pilhagem e pela predação, mas não pode produzi-los segundo essa mesma lógica (p. 56).

De qualquer forma, é importante ressaltar que esse capitalismo cognitivo não pode realizar-se senão dentro dos marcos do capitalismo tradicional nas suas variantes: financeira, industrial e comercial. Mas, na medida em que sofre essa metamorfose, ele se destrói ou essa metamorfose, em si mesma, gera a sua própria superação. "Em seu âmago, afirma, germina uma semente comunista" (p. 69). Assim, quando sustenta que o capitalismo cognitivo é a crise do capitalismo, Gorz não deixa de sublinhar que ele procura usar todos os artifícios para sair da crise. A crise é, antes de tudo, uma crise de equivalência, pois os equivalentes monetários tanto dos ativos quanto das mercadorias imateriais já não estabelecem qualquer padrão uniformizador de medida.

De onde viria esse potencial destrutivo? Os recursos que ele procura transformar são inesgotáveis, pois são criações culturais, a cultura em geral, mas, diferentemente do industrialismo que se apropria de bens naturais – que, em princípio, não são de ninguém –, a apropriação das criações coletivas desencadeia uma reação de resistência, que se manifesta quer na redefinição de sentido que a indústria cultural impõe, quer na reação pura e simples de seus ditames. O que leva Gorz a afirmar que o conflito que se instaura entre o capital imaterial das firmas e os atores dessa resistência assume, sob todos os aspectos, a natureza de uma luta de classes deslocada para o campo da esfera pública, da cultura comum e dos bens coletivos. Os agentes dessa luta são os movimentos de

1. Gorz define externalidades positivas como sendo os produtos da vida coletiva, tais como: o saber, a cultura cotidiana, a confiabilidade, a disposição à cooperação, a capacidade de entendimento etc (p. 52-3).

estudantes secundaristas, de consumidores e de moradores que orientam a sua ação em vista de reconquistar o domínio público e, fundamentalmente, resistir à mercadorização da vida cotidiana.

O resultado dessa resistência seria uma nova utopia: a sociedade do saber, que pressupõe o desenvolvimento das aptidões humanas e, segundo Gorz, incluindo a aptidão ao lazer e ao prazer, cujo fim estaria no próprio desenvolvimento dessa aptidões. Ora, seria, certamente, um retorno à metafísica – embora diga que não se trata de uma mera visão (p. 69) –,

na qual a existência das coisas seria definida pela suas essências. Assim, se o saber é, essencialmente, coletivo, a sociedade que se funda sobre ele teria que ser coletivista ou comunista. O tom iconoclasta, ainda que profético, de Adeus ao proletariado – para além do socialismo (1982[1980]) cede lugar a essa apologia da técnica e da inovação técnica, embora o prazer de acompanhar as estripulias de um pensamento sempre preocupado em acompanhar as mudanças do presente e dar-lhes sentido venha a sobrepor-se a qualquer indisposição de uma crítica apressada.